



Acta aprovada
por unanimidade
AM. em 21/12/2012

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 5/2012

**Continuação da sessão de 28 de setembro
último, realizada em 3 de outubro de 2012**

ACTA N.º 5/2012

Aos três dias do mês de outubro de dois mil e doze, pelas dezasseis horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Fundão, realizou-se a sessão ordinária da assembleia municipal do Fundão, iniciada no dia vinte e oito de setembro último, sob a presidência do Senhor Luís Gavinhos e secretariada pela Senhora D. Maria do Carmo Nogueira e Sr. Aires Patrício.

Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros: José Manuel Anacleto e Patrícia Isabel Cardoso que justificaram atempadamente as suas ausências e foram substituídos pelos membros Carla Rodrigues e João Couto Gonçalves. Faltaram ainda os membros Vítor Ângelo Martins, Nuno Baltazar Mendes, João Taborda, Liliana Domingues, Maria Alice Cardoso, Joana Morgadinho, Helga Capelo e Luís Martins que não apresentaram justificação. Os Presidentes de Junta de Alcaria e Valverde foram substituídos pelos seus representantes legais.

Relativamente ao Executivo Municipal faltou o Senhor Vereador Augusto Leal Salvado. Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

Ordem de Trabalhos

1º - Período de Antes da Ordem do Dia

2º - Período da Ordem do Dia

2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da situação financeira do Município;

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação do Plano de Consolidação Financeira do Município, com a aprovação do plano de ajustamento financeiro e respetivos empréstimos do PAEL e saneamento financeiro”;

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Fundão”;

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aplicação da Derrama para 2013”;

2.5 – Apreciação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação para o ano de 2013 das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis”;

2.6 – Apreciação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação para o ano de 2013 da Taxa Municipal de Direitos de Passagem”;

2.7 – Apreciação de uma proposta da Câmara Municipal de “Relatório de Contas (Período económico de 2012) do Conselho de Administração da Fundão verde – Espaços e Jardins, E.E.M”;

2.8 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Alteração dos Estatutos da empresa Viver Fundão – Promoção e Gestão das Condições Estruturais e Infraestruturais do concelho do Fundão, EEM”;

2.9 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Classificação definitiva da Zona Antiga do Fundão enquanto Área de Reabilitação Urbana”

2.10 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação definitiva do Regulamento da Zona Antiga do Fundão ”;

2.11 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação definitiva do Regulamento da Paisagem de Âmbito Regional da Serra da Gardunha”;

2.12 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação de despesas de representação ao abrigo da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto”.

O Senhor Presidente da Mesa saudou todos os presentes e colocou a votação a ata número 3/2012 que foi aprovada por maioria, com duas abstenções dos membros Rosa Moreira e Nuno Miguel Henriques.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Catarina Gavinhos – Fez uma intervenção que se junta à presente ata como Anexo 1.

Aires Patrício – Fez também uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata, Anexo 2. Após esta intervenção registou com muito agrado o regresso do S. Jorge Alpedrinha, realçando o papel do Senhor Presidente da Câmara nesse aspeto

Após esta intervenção, o Senhor Presidente da Mesa solicitou ao Membro Aires Patrício que ocupasse na Mesa o lugar em falta, uma vez que o Senhor Presidente por motivos profissionais não podia estar presente.

Luís Castanheira – Baseou a sua intervenção num documento que se junta à presente ata constituindo o Anexo 3.

Nuno Miguel Henriques – Disse que o PSD é um grande partido democrático e com muita gente. Nem todos comungam das mesmas ideias do Governo ou de determinados executivos, mas não são todos anjinhos nem malandros, porque não são. Existe gente de bem em todos os partidos e ter cartão laranja ou doutra cor não é um pecado. Considera que a democracia e a liberdade nos dias de hoje estão em causa já que até há pessoas com medo dizer o que pensam. Sobre a reestruturação das freguesias disse que por se ter tomado a decisão de a fazer na Assembleia tem como consequência perder 8 freguesias. Segundo a Lei, que não é do agrado de todos, se houvesse a humildade de reconhecer e acordar alguns consensos, perder-se-iam apenas 6 freguesias. Sobre o “projeto rio” disse que o tempo lhe veio dar razão, já que todas as fundações estão a ser equacionadas, precisamente pelas razões que anunciou anteriormente, nomeadamente pela falta de oportunidade política e financeira. Vale mais pouco e bom do que muito e assim, assim. Relativamente à taxa de proteção civil disse que perante a situação do país e por uma questão da moralidade fiscal, já que estão a ser taxados os proprietários e não os imóveis, a mesma devia ser repensada e a breve trecho suspensa. Disse também que face às dificuldades não vê problema em fechar-se, por exemplo, o Museu durante a semana e abrir só 1 dia. Se tivermos de fechar a Moagem, que encontrou em situações de grande degradação comparada com outros locais, o que o chocou bastante. Informou ainda que solicitou resposta por escrito ao Sr. Presidente, sobre o Conselho Municipal de Cultura, mas que não obteve essa resposta. Deu também conta da existência de uma empresa que contactou a Câmara do Fundão para investir no concelho, criando postos de trabalho e não obteve resposta, o que o deixou preocupado. Talvez o Senhor Presidente ainda não tenha sido informado desta questão, daí o seu alerta. Caracterizou a situação de anómala e um pouco estranha, já que recebeu uma carta anónima nesta Assembleia, não sabe o que fazer com a mesma pelo que a vai entregar à Mesa e pedir aos serviços que entreguem cópia à câmara e aos partidos representados nesta assembleia, para que façam o que acharem conveniente, já que são alertas de pessoas que sentiram vontade de escrever a um eleito. Falou também que se devia refletir sobre a redução do valor das senhas, que 50% das remunerações dos políticos poderiam ser convertidas em bens de primeira necessidade e entregues a algumas instituições.

Jean Barroca – Disse que, como jovem, lhe custava falar nesta sessão, não pelos temas ou pela situação, mas pelo tom usado nesta Assembleia e, acima de tudo, pela fraqueza dos argumentos utilizados. Todos são livres de dar a sua opinião mas essa liberdade estava a ser mais usada para destruir do que para construir alguma coisa. Nos momentos difíceis da atualidade, as pessoas não estão interessados em debates aguçados e deslocados mas, acima de tudo, precisam de um encontro de opiniões que tente resolver

os seus problemas. Se se ouvir com atenção o que foi afirmado, metade do Governo devia estar preso e metade da bancada do PSD se não ainda não está presa devia estar. Por outro lado mais de 50% dos eleitores deviam estar presos por terem votado no PSD e colocado estas pessoas à frente do Município. Isto não é mais do que fraqueza de espírito, já que as pessoas ali atacadas foram eleitas democraticamente e devem ser respeitadas. Os jovens não perdem tempo com a Assembleia Municipal do Fundão enquanto esta não for capaz de provar que é capaz de ajudar a produzir alguma coisa para melhorar as suas vidas e, por isso, devia ser diferente. Relativamente às portagens considerou que as mesmas dificultam a vida das pessoas, são um entrave ao nosso desenvolvimento e agravam a crise económica e social que vivemos, no entanto quando se atira uma pedra é necessário perceber porque é que se atiram e não esquecer porque é que Paulo Campos e Mário Lino estão a ser alvo de buscas por parte da PJ, devido a alguma coisa que deve ter acontecido. Esta AM tem o dever de manter a mesma linha com o que disse há 2 anos sobre as portagens, ou seja olharmos para as questões de forma proactiva, procurando alternativas, olhar para os empresários e para o que estão a fazer e de forma inteligente e encontrarmos soluções para propor ao governo. O PSD está empenhado em colaborar na solução do problema.

Abel Rodrigues – Começou por afirmar que o membro Jean barroca fez uma intervenção em que não se percebeu a quem se estava a dirigir, se ao PS ou ao membro do PSD Nuno Miguel Henriques. Respondendo mais uma vez à pergunta daquele membro, afirmou que o PS no Fundão é contra as portagens. Informou que há 15 dias esteve presente na reunião da Comurbeiras onde ouviu um membro do PSD, presente nesta sala, dizer que era necessário negociar e fazer alguma pressão sobre o Governo para minimizar os efeitos das mesmas. Uma das soluções que apresentou apontava para a diminuição em alguns pórticos, permitindo a mobilidade dos cidadãos entre concelhos vizinhos. Disse também concordar com essa solução até porque nessa reunião foi aprovada uma moção por unanimidade, a que esta Assembleia se devia associar mais uma vez. Deu conta que o PS já tinha apresentado nesta AM uma proposta idêntica mas o PSD pela voz de vários dos seus membros afirmou que não havia negociação possível, que eram contra e ponto final. Alertou o Senhor Presidente da Câmara para o facto de a zona dos hipermercados ter várias rotundas que têm o problema de não estar colocadas a meio da via, fazendo com que alguns sentidos da circulação automóvel se façam a direito e a alta velocidade, o que causa demasiados problemas de segurança aos muitos peões que por ali circulam, nomeadamente nas passadeiras. Era necessário resolver esta questão talvez com a colocação de limitadores de velocidade, até porque já assistiu a várias situações perigosas e a pessoas a ser insultadas porque obrigam os condutores a parar. O mesmo acontece na Avenida da Liberdade, onde os problemas são idênticos.

Rogério Hilário – Afirmou que a questão das portagens é complexa, há demagogia a mais em todo o processo e também um partido que teve grande responsabilidade nisto e agora “quer sacudir a água do capote”. Chamou a atenção que os atuais pórticos foram colocados pelo governo do PS e foi este partido que decidiu introduzir as portagens. Inclusive colocaram-nos 6 meses antes das eleições e não as cobraram até lá. As parcerias público/privadas custaram a este país mais de 20 milhões de euros e em 2010 o PS renegociou-as e ainda lhes deu mais 10 milhões euros, criando um modelo ainda mais insustentável. Houve ainda um modelo de isenções que foi anulado pela União Europeia por questões legais e perante isso teve de se alterar o modelo de cobrança para não se pagarem multas. Disse que está em órgãos onde tem defendido a discriminação positiva dos residentes no interior do País, mas há muito para fazer nesse caminho.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município

Luís Castanheira – Baseou a sua intervenção num documento que se junta à presente ata, constituindo o Anexo 4.

Eduardo Saraiva – Não tendo veia poética nem literária como outros têm ao falar nesta AM, também não sabia o que diriam ao Senhor Presidente da Câmara se para além de 1 ou 2 folhas não prestasse mais qualquer informação à AM. Assim gostava que lhe dissessem o que não aconteceu, o que não se realizou, o que é mentira, porque palavras “leva-as o vento”. Ficou também chocado com alguma terminologia utilizada, com níveis que não ousa qualificar. A amizade e companheirismo passa por todos dizermos com o que não concordamos e neste órgão costuma fazê-lo muitas vezes, mas sem ofender ninguém e sem utilizar palavras inadequadas. Fizeram-se ainda críticas ao facto desta Câmara Municipal apoiar algumas iniciativas ou festas, nomeadamente nas freguesias, pelo que não sabe o que seria se não o fizesse. As festas têm sido um êxito e levam o nome do Fundão a nível nacional e internacional, ajudando muito a economia local. Talvez o problema esteja em pessoas que ainda estão preocupadas com a derrota eleitoral que tiveram e a frustração que isso lhes causou. O povo sempre decidiu aquilo que quer e irá decidir no próximo ano onde está a demagogia e a obra feita.

Henrique Dias – Lamenta ter vindo a assistir a algumas intervenções com muito fel direcionado ao Governo numa primeira fase e à Câmara Municipal numa segunda, talvez pela aproximação de eleições, seria melhor terem mostrado serviço. Quanto à informação escrita, considerou que esta sempre mostrou a verdade relativamente a tudo e em particular às contas, nunca foi sonegado que se criava dívida para executar obra que teve de se efetuar num espaço de tempo mais curto o que outros não conseguiram fazer e deviam, nos primeiros quadros comunitários de apoio, nomeadamente as obras que as populações do concelho do Fundão também mereciam para ter mais qualidade de vida. Esta Câmara teve agora a possibilidade através do PAEL de reorganizar as suas contas e acha isso positivo. Dá a ideia de que na Câmara do Fundão estão os únicos maus da fita deste país, num momento em que 250 câmaras municipais de todos os partidos políticos se candidataram. Voltando à informação escrita realçou o mérito de algumas iniciativas tal como a ideia do Fundão Inovador, o Núcleo Fundador do Living Lev da Cova da Beira e ainda a criação do centro de formação avançada que diz muito às empresas de polimento, sediadas na zona industrial. A Câmara percebeu que estas empresas precisavam de gente qualificada para trabalhar, daí o considerar fundamental liderar este processo de criação daquele centro formativo, como forma de ajudar a criar emprego. Realçou também a iniciativa inédita que está a valorizar muito as relações entre Portugal e Espanha, já que durante dois meses e meio estariam a estagiar nesta zona jovens espanhóis, em diversas entidades e empresas. É pois possível aqui viver, trabalhar e desenvolver projetos sem lamentos, sem fel, mas com ideias concretas de desenvolvimento e capacidade de atração. A Câmara teve a capacidade de intervenção necessária para que a Escola de Hotelaria do Fundão não encerrasse portas, pelo que não sabe o que diriam certas pessoas se não o tivessem feito. Deu os parabéns à Câmara porque o Município foi considerado uma das 35 mais amigas das famílias e recebeu mais uma vez essa distinção, o que o leva a concluir que “é bom viver na nossa terra.”

Rosa Moreira – Afirmou ter escutado intervenções a que é difícil ficar indiferente porque “quem não se sente não é filho de boa gente”. Ao membro Eduardo Saraiva disse que é bom que se oiça o povo porque este se queixa e tem razão. As festas têm o

5
seu significado e ninguém as pretende minorar face à sua importância social e económica, mas não é isso que satisfaz as pessoas, pode apenas fazê-las esquecer certos direitos de intervir socialmente e serem cidadãos de pleno direito. O Sr. Presidente assumiu claramente o apoio ativo a 3 festas que são Os Chocalhos, Festa da Cereja e Cogumelos, mas o concelho devia ser visto de forma integral e devia também ser respeitada e dignificada a festa da Santa Luzia. O PS não tem qualquer tipo de pressão ou complexo pela derrota porque viver de pleno direito a cidadania é aceitar quando se ganha e quando se perde. Aceitar quando se perde é o que o PS faz mas não abdica de dizer o que pensa contra ou a favor, sem qualquer complexo de derrota. Mal estará quem tenha a ousadia de pensar que o povo não é para ouvir e nas eleições há que aceitar a sua vontade.

Aires Patrício – Afirmou que o Senhor Presidente disse recentemente que iria privilegiar as questões sociais, concorda com essa opinião e espera que a mesma venha a ser uma realidade. Não sabe o que é que produziram muitas das palavras aqui ditas hoje e ao longo dos anos, não sabe o que o concelho do Fundão ganhou isso. Estamos num mundo dos que têm mas o dos que nada têm que é cada vez maior. Dá menos importância aos eventos e às festas, nomeadamente a dos Chocalhos, não sabendo até que ponto as mesmas sejam tão importantes para o desenvolvimento económico da região. Acha que é mais útil produzirmos e depois festejarmos e não o contrário. Numa região que é essencialmente agrícola devíamos encontrar as soluções necessárias para caminhar nesse sentido. A mobilidade também devia ser vista como forma de desenvolvimento e as portagens em nada contribuem. O problema da desertificação e do nível etário trarão a breve trecho graves problemas. Inexplicavelmente verifica que o custo de vida no Interior é superior a outras regiões do País.

Nuno Miguel Henriques – Dirigindo-se à Membro Rosa Moreira considerou que se devia ter algum bom senso já que o PSD é muito mais que meia dúzia de pessoas. Sobre as festas considerou que face aos problemas que o país atravessa é necessário refletir-se sobre o assunto antes de aprovar o orçamento e verificar se é possível continuar a apoiar da mesma forma todas as iniciativas culturais, festas e outras e que, ao apoiá-los, isso se faz com critérios bem definidos para todos e não só para alguns. Gostaria de ver as associações mais envolvidas do que a Câmara, realçando ainda que se está a fomentar a economia paralela, o que exige muito cuidado. Acha necessário que se pense nos foguetes que se atiram e nos artistas que se trazem, o que a economia local agradece.

Catarina Gavinhos – Relativamente à ação social e mais concretamente aos livros escolares, informou que saiu legislação, que considera inenarrável, que transforma o que deve ser uma questão de solidariedade numa questão de caridade, o que é detestável. A tentativa de manter os livros o maior número de anos possível e de fomentar a devolução dos mesmos no final de cada ano letivo, obriga os pais a assinar um termo de responsabilidade. Se a escola por qualquer motivo decidir que o livro não está em condições, porque tem uma dobra ou um risco ou outra situação qualquer, leva a que os pais no ano seguinte não tenham direito a recebê-los. Isto é profundamente penalizador para as pessoas mais carenciadas, não deve existir uma mãe angustiada porque no início não tem dinheiro para comprar os livros e também não os vai receber porque o filho riscou o livro de matemática que custa 40 €. Informou também que os agrupamentos do Fundão ainda foram mais longe do que a Lei. Apelou ao bom senso, para que se faça a entrega dos livros no final do ano e que se fomente o seu uso por mais anos.

Henrique Dias – Congratulou-se com a comemoração do dia sem carros, numa época em que já há alternativas na cidade que permitem que algumas ruas sejam fechadas, nomeadamente no centro histórico, para as populações usufruírem das mesmas e o comércio local tenha alguma revitalização.

Carlos S. Martinho – Deu os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara já que desta vez deve a Informação Escrita deve estar perfeita, uma vez que a CDU não apontou qualquer falha ou problema de apresentação. Congratulou-se também com o conteúdo da mesma que demonstra o grande trabalho realizado nos últimos 3 meses. Destacou a forte aposta no setor empresarial e os cuidados verificados com os empresários e produtos endógenos e a sua potenciação interna e externa. Sobre as festas disse que ia falar dos Chocalhos, do Calle, do Vive Donas, Santa Luzia, Míscaros e de muitas festas religiosas e civis que se realizaram no nosso concelho com a participação direta ou não da Câmara do Fundão. Deu os parabéns à Câmara por ter ido a todas, por ter estado com o povo, ter ouvido os seus desabafos, anseios e regozijos e espera que o Executivo continue a fazer o mesmo e apoie as iniciativas da forma que entender. É altura de todos respeitarem o esforço que a sociedade faz com cada um de nós, o simples facto de se ter acesso a um bem não significa que o possamos destruir. Se calhar é necessário educar algumas famílias para que as crianças correspondam àquilo que lhes é exigido em sociedade, pelo que concorda com o diploma recentemente aprovado a responsabilizar em as famílias, os alunos e as próprias escolas. Formulou também o desejo que alguns tenham cuidado com aquilo que afirmam já que por vezes “o veneno mata” o próprio mensageiro. Respondendo ao membro Nuno Miguel Henriques considerou de muito mau gosto a distribuição de correspondência pessoal, com a agravante de ser anónima.

Nuno Miguel Henriques – Disse que não distribuiu qualquer correspondência pessoal, mas sim correspondência recebida neste órgão, neste edifício da AM do Fundão., pelo que não deve ser confundido o que é pessoal com aquilo que é institucional.

Presidente da Mesa – Aproveitou a oportunidade para dizer que, se na realidade a correspondência era institucional teve a cordialidade de informar o membro Nuno Henriques que a Mesa não aceita uma carta não assinada, como não a manda distribuir a ninguém. Uma carta não assinada não deve ser reconhecida, pelo que deve ser o membro a quem foi dirigida a assumir esse papel.

Presidente da Câmara – Começou por dizer que hoje tinha algumas dúvidas sobre a forma como se havia de dirigir à Assembleia Municipal, porque ficou indeciso se a metodologia utilizada pelo Executivo nesta AM, para sua própria disciplina, são ou não os melhores. Ficou na dúvida se a vertente mais panfletária de alguns membros da AM deve ser acompanhada pelo Município num princípio de reciprocidade, entrando numa lógica que pouco dignifica este órgão. Vai de certeza optar por uma linha pragmática e naquilo que tem a ver com os interesses do concelho e com a sua forma de estar na política. Verifica que, passadas 2 horas ouviu muito pouco de interesse para o nosso concelho. Sobre a informação escrita considerou que mesma é composta pelas linhas principais de intervenção do Executivo já amplamente informadas por si próprio nesta Assembleia, quando deu conta da ação do Município nesta segunda fase do mandato. Ficou um pouco estupefacto que, relativamente a 29 páginas distribuídas por diversos eixos que vão desde a consolidação financeira, empreendedorismo e captação de investimento, componente ligada à vertente freguesias, à vertente educação, ação social e ligada aos grandes projetos do Fundão, não tenha tido, salvo honrosas exceções, qualquer palavra concreta por parte de alguns membros sobre o que está escrito no documento em análise. Talvez a culpa continue a ser do Executivo que ainda não encontrou a forma certa de comunicar diretamente o que são os principais problemas.

Tem muito respeito por esta AM e a forma cordata com que normalmente funciona. Numa altura difícil para empresas e produtores cabe ao poder local ser mais seletivo que nunca na escolha do que é prioritário. Tem também de encontrar os meios e formas corretas de minimizar os impactos negativos do ponto de vista económico e social, nomeadamente sobre os mais jovens, pelo que as linhas ligadas ao empreendedorismo são absolutamente vitais. Questionar se as linhas e opções tomadas são as mais adequadas é corretíssimo, mas dizerem que não se faz nada ou que estamos desajustados custa-lhe muito ouvir, quando sempre foi considerado uma pessoa ligada ao planeamento. Quanto à forma como se falou das festas considerou que o membro Rosa Moreira disse uma coisa certa, que a Câmara criou uma hierarquia daquilo que considera festas estratégicas para a afirmação do concelho do Fundão, mas também existem outras numa segunda linha, de âmbito local e religioso, também muito importantes para o Município e que não deixam de ser apoiadas. Considera investimento as festas denominadas estratégicas para o concelho, dizendo que para a Câmara é mais importante um evento de caráter nacional e internacional como são os Chocalhos do que fazer mais uma rotunda. Percebe no entanto que para alguns seja mais fácil fazer rotundas, trata-se de questões de opção. Realçou também a importância da vertente cooperação, onde o Fundão há algum tempo tem sido um pivô fundamental. Deu conhecimento que em Junho do corrente ano já tinha informado o membro Nuno Miguel Henriques porque não se ia avançar com o conselho municipal de cultura, porque estávamos num processo em termos de cooperação de redes de cidades, pelo que considera que o patamar da cooperação relativamente à área da cultura deve ser supra municipal. Tal como também foi enviado ao membro Nuno Miguel Henriques um outro mail relativamente à taxa municipal de proteção civil, onde foi referido claramente e explicado que a questão da copropriedade está no código do IMI e como tal, estamos todos indexados a esse código e nada pode ser feito individualmente. Considerou que aquilo que acabou de acontecer nesta sala, relativamente à distribuição a todos os presentes, por parte do membro Nuno Miguel Henriques de uma carta anónima, foi uma cena degradante, diria mesmo a mais degradante a que assistiu nesta AM, considerando-a um ato indigno de um dos seus membros. Referiu a importância do limite que existe entre a necessidade social de se apoiar quem precisa e a fronteira tão complexa entre a corresponsabilidade e a dignidade. Concorde ser pouco digno que a questão dos livros seja colocada como mencionou o membro Catarina Gavinhos, mas por outro lado também é importante que exista uma maior responsabilização relativamente a todas as pessoas que estão no setor da educação. No Fundão não se aceita taxativamente que uma criança pelo facto de ter riscado um livro ou outra coisa parecida, possa ser penalizada na vertente familiar. Trata-se de um entendimento desta Câmara, se calhar não está a ver bem a questão, mas paciência, o bom senso ajuda muitas vezes a colocar “os ovos nos cestos”. Também estão a provocar, através do banco de livros, que todas as crianças, independentemente da sua condição social, tenham exatamente os mesmos hábitos de leitura.

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação do Plano de Consolidação Financeira do Município, com a aprovação do plano de ajustamento financeiro e respetivos empréstimos do PAEL e saneamento financeiro”

Presidente da Câmara – Começou por agradecer à AM o facto de terem tido a compreensão necessária para discutir hoje este assunto. Quanto ao plano agora apresentado afirmou em Fevereiro que era prioridade do Município avançar com um Plano de Consolidação Municipal com vários eixos que se prendem com a consolidação das finanças públicas, com alguma alteração de paradigma daquilo que é considerado o investimento público e com a ligação e a corresponsabilidade entre os cidadãos,

munícipes e órgãos ligados à gestão municipal (câmara, assembleia, juntas e até associações). A boa gestão obriga-os a reposicionar perante novos desafios., nos tempos maus nem tudo são más notícias, existem questões que se aprofundam, limam, afinam e ajudam a melhorar a vida coletiva. Esta Câmara sempre teve um processo expansivo, intensivo de investimento com uma execução total próxima dos 400 milhões euros. Dessa execução, sensivelmente 11 milhões vieram de fundos comunitários, sendo 207.972 milhões o valor conseguido através de fundos próprios ou seja da sua capacidade e finalmente 81 milhões é a dívida da câmara. Este foi o esforço que todos fizemos para infraestruturar um concelho com problemas muito complexos um pouco por todas as suas zonas. Dos 207 milhões de euros de esforço da Câmara, metade diz respeito a transferências do Estado (100 milhões de transferências diretas do FEF). A outra parte, 100 milhões, vêm da capacidade desta Câmara gerar receitas. É verdade que estas significam aumentos nos serviços, havendo alguns que finalmente começaram a ser cobrados. Deu conhecimento que por cada euro de dívida conseguiu-se colocar 5 euros de execução. Sobre a dívida sempre foi dito que esta casa tinha um problema complexo que não começou em 2007 mas sim em 2002, já que tiveram logo duas más notícias, a primeira é que tinham muitos problemas no âmbito do investimento e da receita. Para a dimensão deste Município tinha uma receita muito baixa, gerir não é só dar boas notícias, gerir é por exemplo chegar às festas e dizer que não. Mas a pior notícia de 2002 teve a ver com a conjuntura nacional, já que andamos sempre a funcionar com o “vento contra” daquilo que são as finanças nacionais. Entrámos com o discurso da tanga e hoje em dia não consegue caracterizar a situação em que nos encontramos. Lembrou que a capacidade de endividamento foi sucessivamente alterada através de processos legislativos, criando variadíssimos problemas e pouca margem de manobra para realizar as coisas. Exemplificou: “Comprou-se uma casa, dissemos que íamos amortizá-la e recuperá-la em 20 anos. De repente dizem-nos, meus amigos lamento mas a casa já está meia feita mas já só podem pagá-la em 10 anos. Passados 3 ou 4 anos dizem-nos outra coisa diferente, essa casa está quase terminada mas ainda faltam os acabamentos finais, mas agora já só podem pagá-la a 5 anos”. Deu também conta que parte do investimento público da administração central desapareceu há alguns anos e a discussão sobre PIDAC já não se faz nesta AM há anos, mas desaparecendo isso apareceu outra coisa complicada que é a de que o poder local tem dinheiro e o poder central não o tem e como tal passou a existir um ambiente que é transversal aos partidos com a opinião de que o poder local tinha demasiada autonomia, o que se tornou num princípio penalizador para as autarquias e a tradução desse princípio está naquilo que tem sido para os municípios a sua incapacidade de liquidar a longo prazo as suas dívidas, ao contrário do Estado que o pode fazer. Esta Câmara com uma dívida de curto prazo de cerca de 40 milhões, avançou com uma candidatura a um programa de apoio chamado PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, que se prende com o pagar a dívida existente a fornecedores a 31 de dezembro de 2011 (com a possibilidade de mais 90 dias). Espera que esta candidatura no valor de 37 milhões de euros seja aprovada mas tem de ser formalizada no dia seguinte, ultimo dia para o fazer. O programa permite fazer duas coisas, aproveitar a linha de crédito criada e fazer em simultâneo, sob a égide do mesmo plano, uma operação de saneamento financeiro. Assim complementarmente ao PAEL avançou-se com uma operação de saneamento no valor de 11,5 milhões, sendo o PAEL a 20 anos e o empréstimo a 12 anos com 2 anos de carência. A taxa média de juro destas duas operações é de 3,4 %. No que toca à consolidação significa na prática que olhando para estratificação da nossa dívida, 45 milhões de euros vão ser injetados na economia local, via fornecedores. Pela via do saneamento financeiro faz-se a consolidação através de dois empréstimos, um de curto prazo que é anualmente aprovado pela AM (1,400 milhões) e outro do programa PRED, a 5 anos, com capital de dívida no valor de 1,420 milhões. Informou ainda que a Câmara sempre colocou as suas contas transparentes, o factoring ou outro tipo de situações de cedência de créditos era

divida a fornecedores, não foi sub-orçamentado e foi todo colocado no orçamento. Tudo o que é dívida entrou neste processo. Estas operações fazem-nos respirar um pouco melhor e responder melhor aquilo que são as exigências que temos hoje e vamos ter no futuro. Relativamente a questões jurídicas existentes, nomeadamente com as empresas Águas do Zêzere e Côa e Refer a Câmara Municipal colocou todo o valor nas nossas contas no âmbito do passivo, está tudo provisionado, o que não significa que aceitemos esse valor, que consideramos indevido. Com a operação PAEL injetam-se diretamente 14 milhões nos fornecedores. O prazo médio de pagamento legal é de 90 dias e tem de ser cumprido para evitar ilegalidades e juros de mora ao dia a 8%. O ajustamento é feito através daquilo que é uma redução na despesa em cerca de 90% e 10% tem a ver com a receita. Nas receitas as taxas são iguais às dos últimos anos exceto no IMI, já que a valorização dos prédios vai levar um aumento de 6,5%. O projeto microgeração vai render cerca de 120.000 € por ano, a venda do património vendável prevê uma receita de 5 milhões, mas é na despesa que o plano terá o seu ponto fulcral, na eletricidade prevê-se reduzir 10% na fatura com uma maior eficiência e sem colocar em causa a segurança das pessoas. A variante recolha de lixo, águas e saneamento e ainda transportes escolares são onde existem os maiores gastos numa câmara municipal. Cerca de 400.000 Euros é o que se vai baixar face aos valores considerados aceitáveis (76%) num fatura de água e saneamento. Da parte dos resíduos sólidos existe uma redução muito acentuada nos últimos tempos, cerca de 7,5% relativamente ao depósito. Por essa via reduzem-se os custos por um lado e por outro a câmara vai lançar um concurso público no próximo ano na componente recolha de resíduos sólidos do qual se prevê uma redução de custos de cerca de 20%. Quanto às transferências correntes e de capital prevê-se menos 1 milhão de euros anuais, a passagem de quatro para uma empresa prevê uma redução na despesa de 700.000 €. Ao retirar-se um vereador a tempo inteiro e outro a meio tempo deu-se também um exemplo de cortar na despesa, embora dê muito trabalho exercer assim funções uma vez que o concelho do Fundão já tem alguma dimensão. Haverá também redução no número de dirigentes, de 2%/ano no número de funcionários e ainda de 20% do pessoal com ligação às empresas extintas. Em sentido contrário e como todos compreendem, a ação social conta com um reforço na ordem dos 155.000 €. As transferências para as juntas de freguesia também são um pouco maiores, passando-se de 500 para 620 mil euros, que tem a ver com o FIF. Deu também conhecimento que ao contrário do que hoje foi dito na AM, se encontram neste momento a decorrer no concelho do Fundão, investimentos no valor de 12 milhões euros, relatou no entanto as dificuldades surgidas para manter ativa uma obra que considerou essencial na cidade, o Parque Verde, que levou o executivo a abdicar de outras obras para obter o financiamento possível para a realizar. Abriram-se há pouco tempo as propostas daquela empreitada e apareceram propostas 40% abaixo do valor inicial estimado, o que equivale a cerca de 600.000 € de poupança. Quanto à evolução do investimento deu conhecimento que nos próximos 20 anos a câmara com a redução do serviço da dívida em 35% ficará com cerca de 5 milhões de euros anuais para investimento, com início em 2014, ou seja quem tiver “unhas para tocar guitarra” ou quem tiver capacidade para ir buscar os meios financeiros complementares aos fundos comunitários, consegue multiplicar esse valor pelo menos duas vezes, o que considerou aceitável em termos de gestão. Pagam a dívida e os nossos compromissos permanentes e sobram-nos 95 milhões de euros de vertente própria, desde que o talento exista para o realizar. Informou que os juros médios de hoje são superiores a 4% e com esta operação paga-se um juro médio de 3,41%, o que considerou uma muito boa opção.

Abel Rodrigues – Disse ter chegado a hora da verdade. O Senhor Presidente acabou de dizer que isto vai ser muito bom, mas temos de recuar 12 anos para verificarmos o estado a que chegamos. Este é o resultado daquilo que o PS sempre alertou desde que a câmara PSD assumiu funções. O Senhor Presidente esqueceu-se de dizer que ao longo

dos anos gastava muito mais que aquilo que agora deixa e contraiu dívida num valor seis vezes maior. Este Executivo deixa-nos agora 100 milhões para 20 anos, quando gastou 400 milhões num período idêntico. Isto será boa gestão? Continuando disse esta “boa gestão” tem 3 rostos, Manuel Frexes o Politico, Paulo Fernandes o Ideólogo e Carlos S. Martinho o Executante ou “malabarista financeiro”. Este documento só vem dar razão aos alertas do PS nesta AM ao longo dos anos. Quando faz algum tipo de constatações inclui governantes do PS, PSD, PP, Presidentes da Republica, todos sem exceção, alguns se calhar deviam mesmo estar presos e não estão, porque o país está de rastos. O PS disse que o caminho seguido por esta Câmara levaria à falência técnica do órgão e à sua incapacidade para honrar os compromissos. Os 37 milhões são para pagar dívida mas os 11 milhões já não são para isso, mas para investimento, o que vai aumentar a dívida. O factoring agora já é considerado dívida, mas durante anos ouvimos aqui precisamente o contrário, mas ainda bem que agora se reconhece quem estava certo. O Senhor Presidente admite que a derrama passe de 31.000 € para 100.000 €, trata-se de um aumento que para ser válido teria de aqui instalar-se uma empresa que tivesse um lucro de mais de 6 milhões euros, pelo que pede explicações. Prevê também um aumento brutal do imposto de circulação, esperando que haja um programa de incentivo à compra de carro que desconhece, para se poder inscrever. Fazendo algumas citações do ROC disse que não sabia como se fazia o milagre da “desmultiplicação de pães”. Disse ainda que há credores com documentos de 2002 o que é lamentável, pelo que pergunta onde está a responsabilidade desta Câmara quando deve aos empresários ou outras pessoas, contas com mais de 10 anos. Há cerca de 1 ano o Senhor Presidente da Câmara apresentou ao PS um plano de reestruturação financeira e na altura apresentou 1 quadro com os compromissos que estariam sobre a mesa relativamente à renegociação dos juros com a banca, pelo que pergunta porque não o fez nessa altura. Perdeu-se a oportunidade e estamos com os 5 próximos mandatos comprometidos.

Luís Lourenço – Disse que estamos com a cabeça debaixo de água e que agora pretendemos colocar a cabeça de fora para respirar. A responsabilidade disto é de quem esteve na gestão do Executivo nos últimos 10 anos, andou-se “a empurrar com a barriga”. Ao contrário do que parece, a injeção de dinheiro na economia local é de apenas 15 milhões, porque o valor restante é factoring. Perguntou se todo o valor de factoring mencionado já foi pago às entidades mencionadas, porque se foram confirma o que acabou de dizer. É difícil entender todos os números apresentados porque existem algumas questões com números diferentes relativamente às mesmas coisas. O IMI, segundo os números tem um aumento de 160%, será verdade? O PAEL poderá ser uma boa opção, mas empréstimos com períodos de carência estamos fartos de aprovar. Temos aqui mais um de 11 milhões para pagar dívidas com um período de carência de 2 anos e um comprometimento de toda a atividade municipal, pelo que existe uma redução no investimento e um manietar deste Município em vários aspetos. Acha também que na conjuntura atual é muito difícil vender terrenos na zona industrial. O aumento do IMI em função das reavaliações torna isso extremamente complicado e penalizador. O aumento do imposto de circulação também deve ser difícil de alcançar. Quanto ao conjunto de medidas de racionalização já deviam ocorrer há muito tempo e não devia precisar do PAEL. Pediu que se alterasse no documento que se eliminavam os transportes públicos, uma vez que existe uma deliberação desta AM sobre os transportes urbanos, pelo que o termo a utilizar deverá ser a suspensão. Declarou-se disposto a dar o aval ao PAEL corrigindo estas pequenas questões, porém com o empréstimo, feito desta forma e esta mistura de plano de ajustamento e de saneamento financeiro não pode estar de acordo. Aliás devia ser proposto em separado.

Carlos S. Martinho – Começou por dar os parabéns à Câmara pelo plano que aqui nos trouxe, já que reflete uma visão arejada e atual. A dívida da Câmara não é nova, sempre foi apresentada de forma clara e transparente. Quando se dizia que a nossa dívida estava toda refletida em termos de fornecedores isso correspondia à verdade, o que contribuiu agora para que este plano fosse aprovado pela administração e pelos órgãos que tutelam estas áreas. Exemplificou que Vila do Conde com uma dívida de 67 milhões lhes foi aprovada uma verba de 12 milhões, já que em Dezembro de 2011 a sua dívida não era perfeitamente clara. A autarquia de Setúbal concorreu a 75 milhões e foram aprovados 20, valor considerado em condições de ser aprovado. Relativamente ao factoring informou que os fornecedores já receberam o seu dinheiro através do acordo com as entidades bancárias. Por outro lado os cortes sucessivos na Lei das Finanças Locais trouxeram sempre consequências penalizadoras à Câmara do Fundão, só a última alteração fez-nos perder cerca de 7,5 milhões, que contribuiriam para abater a dívida. Respondendo a Abel Rodrigues considerou que leu mal a citação do ROC, já que no seu ponto 6 diz que *“com base no trabalho efetuado ..., nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que o plano de ajustamento financeiro não é em termos gerais sustentável do ponto de vista financeiro”*, por isso considera que a sua intervenção tem pouca credibilidade, já que só leu do ROC o que lhe apeteceu.

Carlos Jerónimo – Considerou fundamental fazer-se uma análise profunda ao documento, já que nos vai influenciar os próximos 20 anos, pouco se importando com aquilo que o ROC diz. Pelo que leu e ouviu, aprova as propostas apresentadas, porque são documentos transparentes que vão permitir financiar a economia local, Juntas de freguesia e movimento associativo. Podem-se fazer muitas análises políticas aos documentos, ao estado das contas, mas o que importa é saber como vamos sair daqui, pelo que não entende a postura do PS ao votar contra, porque se o plano não for aprovado é evidente que parte destas dívidas seriam pagas com juros de 7 e 8%. O PS devia ter uma alternativa e não alhear-se da questão até porque daqui a 1 ano vão ocorrer eleições. Perguntou à Câmara o que se vai passar com a parceria publico privada do Cabeço do Pião. Também quis saber, havendo uma redução nas transferências de capital na ordem dos 700.000 € para as empresas municipais, o que vai ser alterado de relevante na gestão do Município para se poder poupar esse valor, se no pessoal ou nos serviços. Perguntou também se o pagamento mensal às associações, resultante de acordos firmados, nomeadamente com o Lar de Idosos de Silves, poderá de alguma forma estar em causa, uma vez que a Câmara assumiu o compromisso de pagar 100 mensalidades de 2.500 €, faltando ainda 5 anos. Perguntou também se existia alguma estimativa do valor resultante das boas práticas, caso tivessem sido aplicadas desde 2001 e quais as suas implicações na dívida atual. Finalmente perguntou se existe algum plano B, caso este não seja aprovado.

Abel Rodrigues – Pediu desculpa porque não leu bem o parecer do ROC e foi induzido em erro, mas o membro Carlos S. Martinho também não leu o ultimo parágrafo do parecer que diz que *“os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados poderão vir a ser diferentes e as variações podem vir a ser materialmente relevantes, podendo condicionar a sustentabilidade do plano”*.

Presidente da Câmara – A legislação permite fazer a revisão do plano sempre e quando houver alterações aos pressupostos neles colocados. O plano é acompanhado trimestralmente pela AM, o que lhe agrada muito. O PAEL pode ter alguns defeitos, mas também tem uma coisa muito importante que é este planeamento, o que permite acompanhar muito melhor as opções do município. Era impossível infraestruturar o concelho durante 10 anos sem criar dívida, podia-se ter sido mais eficiente, mas os riscos de o fazer nesse período, do ponto de vista da eficiência e racionalidade eram

grandes. Deu também conhecimento que o plano de parceria com o Município da Covilhã vai permitir racionalizar muitas questões, estamos numa economia de escala. A cooperação intermunicipal é uma das áreas onde se vai apostar, já que estamos a falar de áreas que dão frutos lentamente, pelo que se poderá tirar partido dessa questão. Para execução de um documento tão importante tiveram papel importante muitos funcionários desta autarquia e em particular do setor ligado às finanças do município, enaltecendo e agradecendo o esforço e trabalho intensivo. Quanto aos pagamentos relativos ao ano 2002 lembra-se de existir uma fatura da empresa Nova Flex que prestou serviços na componente dos resíduos e que tem com a autarquia um assunto pendente em tribunal há 9 anos, pelo que a Câmara está a dirimir argumentos para se saber qual o valor justo que se deve pagar. Essa questão abona a favor da não desorçamentação das verbas e por isso lá continua e bem. A suborçamentação é muito mais grave e do ponto de vista da gestão pública pode colocar em causa a legalidade de muitos aspetos. Relativamente à venda de imóveis a câmara tem registados 5 milhões de euros de imóveis vendáveis, desses foi colocado o valor de 400.000 € para o 1º ano, 300.000 € para o 2º ano e 100.000 € nos anos seguintes. Do valor relativo ao 1º ano já se encontra com contratos promessa de compra e venda 60% da verba, nomeadamente de lotes na zona industrial do Fundão e parque agroindustrial da Soalheira. Informou também que todos os contratos/programa assinados com todas as associações são para cumprir e estão contabilizados. Há cerca de ano e meio tentou-se avançar com um plano de consolidação das dívidas de curto prazo, mas o que aconteceu nessa altura foi que, do ponto de vista dos juros bancários, não existiam condições de mercado para a câmara poder realizar essa operação, esperou-se e de alguma forma e valeu a pena porque hoje com o PAEL são muito melhores. Informou ainda que a derrama é um imposto de caráter municipal, mas a Câmara não tem acesso à base de dados e não conhece a eficiência com que as empresas estão a ser cobradas, foi avisado que existe uma diferença entre o valor potencialmente cobrado e aquilo que efetivamente é cobrado. Os transportes escolares foram suspensos, embora ao nível da candidatura fosse colocado daquela forma. O projeto Rio foi suspenso até final de 2013, até percebermos no quadro comunitário de apoio o que pode ser feita, qual a taxa de apoio que se vai ser possível conseguir. Finalmente informou que vamos votar 3 coisas em separado, o plano, um empréstimo de linha de crédito (PAEL) e um empréstimo de saneamento financeiro.

Colocados os três documentos constantes da proposta a votação foram os mesmos aprovados da seguinte forma:

Plano de Consolidação do Município = Aprovado por maioria com 45 votos a favor, 9 votos contra dos membros Abel Rodrigues, Pedro Salvado, Bruno Ramos, Rosa Moreira, Berta Oliveira, Nuno Lopes, Luís Castanheira, Luís Lourenço e Catarina Gavinhos e 1 abstenção do Senhor Rui Pedro Rolo (JF Valverde)

PAEL = Aprovado por maioria com 45 votos a favor, 7 votos contra dos membros Abel Rodrigues, Pedro Salvado, Bruno Ramos, Rosa Moreira, Berta Oliveira, Nuno Lopes, Luís Castanheira e 1 abstenção do Senhor Rui Pedro Rolo (JF Valverde)

Empréstimo Saneamento = Aprovado por maioria com 43 votos a favor, 9 votos contra dos membros Abel Rodrigues, Pedro Salvado, Bruno Ramos, Rosa Moreira, Berta Oliveira, Nuno Lopes, Luís Castanheira, Luís Lourenço e Catarina Gavinhos e 1 abstenção do Senhor Rui Pedro Rolo (JF Valverde)

O membro Luís Lourenço apresentou a seguinte declaração e voto: “ O plano é necessário mas tem previsão de redução de despesa irrealista e de acréscimo de receitas que também são desajustadas. Dados os condicionalismos legais, continuo a pensar que estamos perante uma nova Tróica, que nos impossibilita de deliberar sobre um conjunto

de questões que são extremamente importantes para a vida dos munícipes. O PAEL é importante porque permite a injeção de capital na economia local, os juros são agradáveis embora a 20 anos. Quanto ao outro empréstimo sou contra porque serve para reduzir dívidas de curto prazo e não serve para investimento.

Presidente da Mesa – Informou que os pontos 2.3 a 2.6 têm a ver com taxas que obrigam a Câmara a informar as Finanças dos valores a cobrar, pelo que, para agilizar os trabalhos, pediu a quem se quisesse pronunciar o fizesse sobre todas os pontos em simultâneo.

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Fundão”

Pedro Salvado – Perguntou se o valor hoje aprovado para todas as taxas iriam vigorar durante a vigência do PAEL e não se podia mexer nas mesmas.

O Senhor Presidente respondeu desde logo que para cada ano podiam ser negociadas e consequentemente alteradas.

Luís Lourenço – Perante a resposta anterior do Senhor Presidente, disse que não é isso que lê nos documentos apresentados. Por outro lado considerou a taxa do IMI muito alta para os prédios avaliados. Apetecia-lhe sair e não votar nenhum dos pontos.

Abel Rodrigues – Sobre o IMI perguntou de onde vem o diferencial que permite que o mesmo aumento todos os anos, ou seja 12,8% em 2013 e sucessivamente 6% nos anos seguintes. Reiterou também que existem algumas pessoas que afirmam que durante o período de vigência do plano já aprovado, as taxas se mantêm no máximo e não podem ser renegociadas.

~

Presidente da Câmara – Informou que a taxa máxima do IMI é de 0,5/0,8 e que esta câmara aprovou 0,4/0,7 para 2013. Pela lógica apresentada pelos seus oradores anteriores o IMI deveria ter em 2013 a taxa máxima, mas não é o caso. Reiterou também que todas as taxas são anualmente aprovadas e que trimestralmente a AM faz o acompanhamento de todo o processo.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por maioria com 37 votos a favor, 7 votos contra dos membros Abel Rodrigues, Pedro Salvado, Bruno Ramos, Rosa Moreira, Berta Oliveira, Nuno Lopes e Luís Castanheira e 2 abstenções dos membros Catarina Gavinhos e Luís Lourenço

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aplicação da Derrama para 2013”

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por maioria com 38 votos a favor e 7 votos contra dos membros Abel Rodrigues, Pedro Salvado, Bruno Ramos, Rosa Moreira, Berta Oliveira, Nuno Lopes, Luís Castanheira

2.5 – Apreciação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação para o ano de 2013 das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis”;

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por aprovado por maioria com 36 votos a favor e 9 votos contra dos membros Abel Rodrigues, Pedro Salvado, Bruno Ramos, Rosa Moreira, Berta Oliveira, Nuno Lopes, Luís Castanheira, Catarina Gavinhos e Luís Lourenço.

2.6 – Apreciação de uma proposta da Câmara Municipal de ”Aprovação para o ano de 2013 da Taxa Municipal de Direitos de Passagem”

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por aprovado por maioria com 36 votos a favor e 9 votos contra dos membros Abel Rodrigues, Pedro Salvado, Bruno Ramos, Rosa Moreira, Berta Oliveira, Nuno Lopes, Luís Castanheira, Catarina Gavinhos e Luís Lourenço.

2.7 – Apreciação de uma proposta da Câmara Municipal de “Relatório de Contas (Período económico de 2012) do Conselho de Administração da Fundão Verde – Espaços e Jardins, E.E.M”

Presidente da Câmara – Informou que houve alteração da Lei do Setor Empresarial Local e que se estão a ajustar à nova legislação. É importante fazer um documento com as alterações legislativas o que obriga ao posicionamento da AM. Despesas plurianuais, contratos/programa com empresas municipais de carater anual, despesas acima dos 150.000 € têm de vir à Assembleia. Isto decorre de um quadro legal que concorda em muitos aspetos.

Luís Lourenço – Disse entender porque hoje vêm as contas de Fundão/Verde, mas não percebe porque não vêm as da Viver/Fundão. Se as empresas se fundem temos de saber as contas de ambas, mas se a argumentação é contabilística falta a argumentação política, por isso quer conhecê-la. Também achava interessante que fosse trazida a informação o mais clara possível da situação financeira e dos trabalhadores das empresas a extinguir.

Presidente da Câmara – Informou que as contas da empresa Viver/Fundão já foram apreciadas nesta Assembleia e que o que estamos a falar é do fecho da conta semestral da Fundão/Verde porque é uma obrigação no âmbito da reestruturação. Não estamos a aprovar nada mas sim a apreciar.

2.8 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Alteração dos Estatutos da empresa Viver Fundão – Promoção e Gestão das Condições Estruturais e Infraestruturais do concelho do Fundão, EEM”

O Senhor Presidente da Câmara disse que já tinha explicado no ponto anterior este assunto.

Não havendo interessados em usar da palavra foi o documento colocado a votação tendo sido aprovado por maioria com 45 votos a favor e 1 abstenção do membro Jorge Santos.

O membro Jorge Santos apresentou uma declaração de voto dizendo que se absteve porque nunca entendeu porque é que o Município criou as várias empresas municipais e sempre foi contra as mesmas.

2.9 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Classificação definitiva da Zona Antiga do Fundão enquanto Área de Reabilitação Urbana”

Não havendo interessados em usar da palavra foi o documento colocado a votação tendo sido aprovado por unanimidade.

2.10 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação definitiva do Regulamento da Zona Antiga do Fundão ”

Catarina Gavinhos – Aconselhou cuidado na aplicação deste regulamento porque parece que se fica demasiado agarrado à ideia de turismo de fachada e menos à ideia de funcionalidade de uma cidade como é o Fundão. Existem pequenos erros e algumas considerações que deviam ser corrigidas.

Presidente da Câmara – Todas as propostas são bem vindas apesar de a Câmara ter utilizado ao máximo o envolvimento de todos e em particular desta AM. Houve vários contributos, em especial da ACIF e o documento tem muito da legislação anterior, dando ênfase à discriminação positiva, à diminuição dos valores do IRC, do Valor do IVA, deduções à coleta. Do lado das obrigações apertaram-se um pouco mais os critérios de reabilitação dos edifícios, mas flexibilizaram-se as regras relativamente à parte mais comercial dos edifícios.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

2.11 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação definitiva do Regulamento da Paisagem de Âmbito Regional da Serra da Gardunha”

Presidente da Câmara – Informou que este processo também esteve em discussão pública e tinha de existir alguma simultaneidade na sua aprovação com a AM de Castelo Branco, que a aprovou a semana passada por unanimidade.

Luís Lourenço – Considerou que, no geral, se tratava de um regulamento bem estruturado, mas perguntou o que é a Agência 21, porque dá a ideia que estamos perante uma nova parceria público/privada. Perguntou também qual a entidade que cobra as taxas, se existe outra para além da Câmara que o possa fazer.

Luís Castanheira – Baseou a sua intervenção num documento que se junta à presente ata, constituindo o Anexo 5.

Presidente da Câmara – Disse que estamos a criar uma figura nova, uma paisagem protegida de âmbito local/regional, talvez a primeira do país. Tal como um parque natural, tem uma figura jurídica que é o parque natural e tem depois um conselho de gestão/executivo/geral que é composto por um conjunto de entidades que representam os interesses divergentes ou convergentes da serra da Gardunha. O que se fez foi criar a figura, depois na figura do conselho geral houve duas abordagens, uma em que obrigatoriamente os municípios de Castelo Branco e Fundão fizessem parte, outra foi fazer que o ICNB também tivesse uma relação direta com esse conselho. Estramos a

criar uma figura jurídica nova, dentro do que é o quadro jurídico da gestão de áreas protegidas. A Agência 21 tem dentro da sua base social muitas entidades (juntas de freguesia, escolas, associações, entidades) e foi aprovada nesta AM em 2004, não tem fins lucrativos e tem por objetivo trabalhar na defesa da serra da Gardunha., a presidência da mesma é exercida pelas câmaras municipais de Fundão e Castelo Branco. Não existem planos de investimento se não se tiver em primeiro lugar reconhecido em termos nacionais esta figura, depois estarão atentos aos programas associados para as áreas protegidas com modelos de gestão.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por maioria com 49 votos a favor e 1 abstenção do membro Jorge Santos.

O Senhor Presidente da Mesa informou que por solicitação da câmara municipal o ponto 2.12 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação de despesas de representação ao abrigo da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto” da ordem de trabalhos foi retirado, pelo que não vai hoje ser discutido.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se existia alguém no público que pretendia intervir, o que foi o caso.

Ana Ferreira Antunes Belchior – Disse que era natural da freguesia de Barroca e informou que ali existe uma ilha ecológica que não está em funcionamento, perguntando qual o motivo. Disse também que junto da sua casa existem dois contentores de lixo que não são lavados e que no Verão deitam muito mau cheiro e insetos, não permitindo abrir janelas. Deu também conhecimento que ao longo dos anos se têm realizado na sua freguesia várias obras sem qualquer tipo de licença, desde construções novas a ampliações das existentes. Quem tem quinta acrescenta para o mesmo, quem não tem sobre a casa 1 ou 2 pisos e assim prejudica os outros, exemplificado, disse que da janela d sua casa via a capela da Senhora da Rocha e hoje vê a janela da cozinha da vizinha. Sobre a casa da discórdia, que todos conhecem, perguntou quando é que essa questão finaliza e o folhetim termina.

Presidente da Câmara – Realçou que a freguesia da Barroca é uma aldeia de xisto e que na sessão da AM a realizar em Dezembro próximo irá ser apresentado para aprovação um regulamente específico para as aldeias de xisto, Castelo Novo e Alpedrinha, que permitirá resolver melhor muitas situações, já que vai permitir explicitar e enquadrar o que é o licenciamento municipal, o que são obras de escassa relevância urbanística e obras com relevância. Relativamente às questões particulares a situação é mais difícil, ou seja quando um assunto está em tribunal a Câmara Municipal está limitada em pronunciar-se sobre o assunto, enquanto decorrerem os trâmites legais do mesmo. No entanto, relativamente à casa que mencionou, informou que a Câmara deliberou que o último piso fosse demolido e deu um prazo de 6 meses para o fazer, estando o prazo a decorrer neste momento.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa deu como encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 20.30 horas. Da sessão se exarou a presente acta que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal _____

1º Secretário _____

2º Secretário Maria do Carmo Rosa, C. Freitas

4-2017

VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação do Plano de Consolidação Financeira do Município, com a aprovação do plano de ajustamento financeiro e respetivos empréstimos do PAEL e saneamento financeiro” –

Plano de Consolidação do Município = **Aprovado por maioria com 45 votos a favor, 9 votos contra dos membros Abel Rodrigues, Pedro Salvado, Bruno Ramos, Rosa Moreira, Berta Oliveira, Nuno Lopes, Luís Castanheira, Luís Lourenço e Catarina Gavinhos e 1 abstenção do Senhor Rui Pedro Rolo (JF Valverde)**

PAEL = **Aprovado por maioria com 45 votos a favor, 7 votos contra dos membros Abel Rodrigues, Pedro Salvado, Bruno Ramos, Rosa Moreira, Berta Oliveira, Nuno Lopes, Luís Castanheira e 1 abstenção do Senhor Rui Pedro Rolo (JF Valverde)**

Empréstimo Saneamento = **Aprovado por maioria com 43 votos a favor, 9 votos contra dos membros Abel Rodrigues, Pedro Salvado, Bruno Ramos, Rosa Moreira, Berta Oliveira, Nuno Lopes, Luís Castanheira, Luís Lourenço e Catarina Gavinhos e 1 abstenção do Senhor Rui Pedro Rolo (JF Valverde)**

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Fundão “ - **Aprovado por maioria com 37 votos a favor, 7 votos contra dos membros Abel Rodrigues, Pedro Salvado, Bruno Ramos, Rosa Moreira, Berta Oliveira, Nuno Lopes e Luís Castanheira e 2 abstenções dos membros Catarina Gavinhos e Luís Lourenço**

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aplicação da Derrama para 2013” - **Aprovado por maioria com 38 votos a favor e 7 votos contra dos membros Abel Rodrigues, Pedro Salvado, Bruno Ramos, Rosa Moreira, Berta Oliveira, Nuno Lopes, Luís Castanheira**

2.5 – Apreciação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação para o ano de 2013 das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis” - **Aprovado por maioria com 36 votos a favor e 9 votos contra dos membros Abel Rodrigues, Pedro Salvado, Bruno Ramos, Rosa Moreira, Berta Oliveira, Nuno Lopes, Luís Castanheira, Catarina Gavinhos e Luís Lourenço**

2.6 – Apreciação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação para o ano de 2013 da Taxa Municipal de Direitos de Passagem” - **Aprovado por maioria com 36 votos a favor e 9 votos contra dos membros Abel Rodrigues, Pedro Salvado, Bruno**

Ramos, Rosa Moreira, Berta Oliveira, Nuno Lopes, Luís Castanheira, Catarina Gavinhos e Luís Lourenço

2.7 – Apreciação de uma proposta da Câmara Municipal de “Relatório de Contas (Período económico de 2012) do Conselho de Administração da Fundão verde – Espaços e Jardins, E.E.M” - **Apreciada**

2.8 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Alteração dos Estatutos da empresa Viver Fundão – Promoção e Gestão das Condições Estruturais e Infraestruturais do concelho do Fundão, EEM” - **Aprovado por maioria com 45 votos a favor e 1 abstenção do membro Jorge Santos.**

2.9 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Classificação definitiva da Zona Antiga do Fundão enquanto Área de Reabilitação Urbana” – **Aprovada por unanimidade**

2.10 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação definitiva do Regulamento da Zona Antiga do Fundão ” – **Aprovada por unanimidade**

2.11 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação definitiva do Regulamento da Paisagem de Âmbito Regional da Serra da Gardunha” - **Aprovado por maioria com 49 votos a favor e 1 abstenção do membro Jorge Santos.**

2.12 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação de despesas de representação ao abrigo da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto”. - **Retirada da ordem de trabalhos pela Câmara Municipal**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO**3 DE OUTUBRO DE 2012****GRUPO MUNICIPAL DA CDU**

Boa tarde,

Todos os dias faço 80km para ir trabalhar e voltar para casa. Até há pouco tempo fazia esse percurso na A23 e demorava menos de 30 minutos a chegar ao meu trabalho. Agora não, uso a Estrada Nacional 18 e demoro mais 10 minutos. Perco mais 20 minutos por dia, mas não posso acrescentar às minhas despesas 80 euros por mês, afinal sou funcionária pública, o que quer dizer que nos últimos dois anos sofri um corte nos meus rendimentos de 30%. O empréstimo para pagar a casa que comprei numa época em que nem sequer havia casas para alugar mantem-se.

Nestas minhas viagens tenho cada vez mais tempo para pensar, sou uma optimista e gosto de ver o lado positivo até das tragédias. No outro dia, às 8:30 da manhã, em filinha indiana fartei-me de rir com a situação. Temos uma estradita entupida, à mercê dos rebanhos que ainda por lá passam, e a menos de 50 metros temos uma auto-estrada luzidia, com o tráfego do lá vai um. Imaginem ter de explicar isto a um extraterrestre, basta imaginar a qualquer não português. Não dá, é de um absurdo tão grande que não dá para explicar.

Os nossos magníficos governantes que negociaram este processo garantiram à concessionária um lucro sem risco, o que quer dizer que quanto menos nós passarmos na A23 mais o estado paga por terem falhado as inenarráveis previsões. Ora, os nossos magníficos governantes de agora mostram-se incapazes de rasgar este tipo de contratos ruinosos e ainda por cima obrigam todos a pagar umas portagens para as quais nem as empresas nem as pessoas têm dinheiro.

Claro que vão existir mais acidentes, que mais gente ficará ferida ou até mesmo morrerá, e todos vamos perder mais tempo. Se o resultado dos acidentes for a morte não é uma tragédia para o governo, afinal a probabilidade do morto ser um pensionista ou um desempregado é cada vez maior, logo o seu desaparecimento é um benefício para as contas públicas. Os feridos é que é pior, a não ser que comecem também a racionar os tratamentos aos acidentados.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO

3 DE OUTUBRO DE 2012

GRUPO MUNICIPAL DA CDU

Parece que este governo está habituado a modelos económicos aos quais falta claramente a variável portugueses, esta corja de piegas, cigarras e ignorantes que, ainda por cima, em tempos de crise, não gastam dinheiro... E que, apesar das ideias geniais do governo e do Borges, continuam a fazer derrapar as contas públicas e o deficit. Logo a eles, que têm uns modelos tão bonitos, ainda mais bonitos que os da tróica, havia de lhes calhar este povo!

Hoje, depois de termos tido o desprazer de ouvir em segunda ou terceira mão, as inevitabilidades que nos esperam, depois de ter sido abandonada a inevitável subida da TSU para os trabalhadores, só me apetece dizer que esta última mudança inevitável no pagamento das SCUT, acabando com os benefícios para os moradores, foi só o corolário de um processo que não consigo qualificar de tão ignóbil que é. Dá vontade de lhes dizer que podem ficar como os 15% das portagens mais caras do país e... fazerem o que bem entenderem com eles. Os portugueses já perceberam que a única coisa verdadeiramente inevitável não tem nada a ver com política.

Catarina Gavinhos

Pelo Grupo Municipal da CDU.

CDS

CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO

28 DE SETEMBRO DE 2012

Deputado Municipal: Aires Patrício

Regressados de um tempo que, de férias já foi, eis-nos, uma vez mais, neste Salão Nobre que as nossas palavras, as nossas inquietações testemunha.

Guarda este espaço, que nobre queremos, no seu silêncio, a memória que tantas vezes nos falta, e, por isso, a escassez de um pensamento que determina a riqueza das ideias que, só essas, tornam possível um futuro.

São incontáveis as palavras que por aqui ecoam.

Porém, à excepção das onomatopaicas, a palavra é arbitrária, isto é, provém de uma convenção ou consentimento tácito entre os utentes de uma língua. Dito de uma outra forma: que importância tiveram todas as palavras aqui proferidas, aqui ditas?

Que futuro construíram?

Seria esse futuro este hoje?

Ou, se se quiser, será este hoje o futuro que a oratória política tem vindo a alardear ao longo das décadas que o antecederam?

Será este hoje o futuro que a narrativa publicada tem vindo a referir na sua permanente intervenção?

Quero acreditar que não.

Prefiro acreditar que só estranhas razões a uma boa-fé, qual matriz essencial do Povo que somos, tenha permitido termos vindo a viver numa enorme confusão a que um conhecimento parco e, talvez intencional, se propôs nos enredar.

O nosso quotidiano tem sido alvo de um qualquer sistema que, ao invés de informar e formar, só confunde.

Seriam muitos os exemplos de que me poderia socorrer em benefício desta asserção, mas recorrerei a um que a ilustra bem: são poucos os que conseguem ler, quanto mais interpretar, a

factura da electricidade e da água que, mensalmente, invade as nossas casas.

O Povo está cansado.

Não há promessa que não caia.

Cada dia mais penoso que o anterior.

Os medos avolumam-se.

O recente Sábado que todos sentimos bem o prova.

Um povo pobre não é um povo livre.

Foi esse o grito que inundou todo o País, porque este povo tem todo o direito de ser livre.

Na fábula “ Os zângãos e as abelhas” diz-nos La Fontaine “ a l’oeuvre on connaît l’artisan” (pelo trabalho se conhece o artífice).

É, exactamente, disto que se trata.

A convulsão em que hoje estamos envolvidos só tem explicação na incompetência governativa que nos trouxe ao sítio em que estamos, sem contudo esquecer que temos sido governados pelas escolhas que fazemos.

É bem verdade que as escolhas brotam da massa crítica em presença, daí a importância da manifestação pública do passado dia 15, isto é, do quanto ela testemunha a voz da cidadania que parecia arredada da sua realidade.

Foi um aviso claro a todos quantos interferem na coisa pública.

Disse: BASTA.

Do PREC aos PEC's, da tanga a este quase nu, do FMI de 1978 e de 1983 à chamada troika de 2011, o que tem sido a vida dos Portugueses?

Comentadores, analistas, jornalistas, politólogos, arautos de toda a ordem, produzem intervenções, afirmações, que só me fazem lembrar o Salmo de David quando previne: “abyssus abyssum invocat” – o abismo chama o abismo, significando que uma falta origina outra.

Um País só sobrevive, só é livre, quando capaz de construir um sistema de ensino sólido, um sistema de justiça irrepreensível, e for capaz de desenvolver uma estratégia inteligente.

É isto que se pode constatar?

Tudo o que temos vivido e estamos a viver nos diz que não.

Há quem se refugie no argumento de que o mundo está mal, ao que contraporei, assim sendo, que de redobrados cuidados nos deveríamos ter precavido.

O mundo está pejado de violência. De vária ordem.

A Europa deambula pelos corredores de um poder que não frequentamos.

Portugal vai de austeridade em austeridade, sem perspectivas, sem esperança.

O dólar e o euro, as bolsas e os mercados, absorvem o que a dignidade humana exige.

À luz deste hoje tão amargamente vivido só se ouve o desalento que um futuro difuso e confuso projecta na mente das gentes.

Está demonstrado que não vamos continuar a assistir, passivamente, à construção de teoremas

que se limitam a ignorar as causas que só na incompetência têm lugar.

Vítima de uma fiscalidade voraz o povo português sufoca nas desigualdades cada vez mais profundas que lhe retiram a liberdade e a dignidade.

Não me falem de equidade. Pratique-se.

“Res non verba” – coisas não palavras.

Basta de discursos, de narrativas balofas, de arautos de serviço. Que a opinião publicada seja o espelho da opinião pública, isto é, que seja livre, sem obediências que não sejam e só a da voz da cidadania autêntica, justa, coerente.

É chegada a hora de percebermos que, de facto, tudo parte da nascente e que, em qualquer sociedade, essa nascente só tem um nome – TRABALHO.

Até ao dia em que esta verdade incontornável não for respeitada não haverá paz, não haverá civilização, não haverá felicidade.

Estou neste Partido porque a sua matriz é democrata e cristã. Porque a sua filosofia assenta

na doutrina Daquele que escorraçou os vendilhões do Templo.

Na doutrina cristã, base da civilização ocidental, reside a essência que justifica a presença do meu Partido aqui, bem como a minha própria.

Será em obediência aos princípios humanistas / personalistas em que acção do meu Partido se inscreve que dele exigirei a atitude a que me obrigo na defesa dos superiores interesses daquilo que é a cidadania plena.

Não há mais lugar para bailes de máscaras.

Não há mais lugar para bailes de palavras.

Não há mais lugar para vendilhões.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De 03 de OUT de 2012

Período de Antes da Ordem do Dia

- Proponho-me com esta minha intervenção, contrariar uma maioria absoluta convencida e convicta da razão absoluta, existente nesta Assembleia.

Faço-o por mim e por muitos outros que fora destas paredes, vivem comigo neste pobre e triste Portugal real.

É o seu descontentamento, o seu sofrimento, o seu desânimo e a sua luta que me motiva, incentiva e encoraja a estar aqui.

Acostumámo-nos ao longo destes últimos anos a ouvir os representantes do PSD nesta mesma tribuna a constituírem-se defensores intransigentes das medidas ditas de contenção económica que têm prejudicado e destruído este nosso Interior.

Para tudo descobrem argumentos e justificação mesmo que com isso estejam a pactuar com a perda de qualidade de vida e de oportunidades para os seus conterrâneos.

Refiro-me por exemplo à **introdução de portagens** nas Auto-estradas aplicando o preço mais alto do País

A **destruição do Intercidades** e até da ferrovia nesta zona após conseguirem provar a sua insustentabilidade económica (que deve estar para breve)

Constantes e demolidores **cortes a nível do QREN**

Extinção de várias Freguesias contribuindo ainda mais para a desertificação

Encerramento de Serviços Públicos na área da Saúde, da Justiça, da Educação e outros

O **aumento do IVA** para a restauração em valores desastrosos

Falta de investimento público em toda a zona

Etc

Advogam afinal um Governo para quem as pessoas são meros números a constar em objectivos e estatísticas

Um Governo Nacional que ainda não conseguiu acertar uma!!

Aceitou transformar o País num laboratório experimental da troika sujeitando os mais pobres e os mais desprotegidos, a enormes sacrifícios através de medidas desumanas e intoleráveis resultando comprovadamente numa total ineficácia a todos os níveis.

- Nada adiantam continuarem lamentando-se ou fazendo-se de cordeiros, ingénuos ou sonsos assegurando que não sabiam da gravidade da situação antes da tomada de posse. Para além de já ninguém acreditar, traduz a tentativa de encobrir a impreparação para governar o País e sobretudo, falta do trabalho de casa e a lição mal estudada.

Gasto, saturado e vulgarizado, está também o discurso repetido vezes sem conta, atribuindo as culpas de todo o mal ao Governo anterior. - Afinal os Portugueses já perceberam que este é muito pior e que o problema vem de há muitos anos – e não apenas dos últimos seis ou sete!

- Todos nós recordamos o que foi a destruição da frota pesqueira, da agricultura, e até da indústria, a troca de alcatrão para auto estradas de interesse discutível, palácios em Belém, e outras obras para Inglês ver, para eleitor votar e eleições ganhar!

- Quanto ao memorando assinado com a troika, porque ocultam a realidade aos Portugueses omitindo a participação e responsabilidade activa e directa do PSD e do CDS tanto na pressão para a sua concretização de forma rápida, a participação na elaboração e redacção do Documento final, bem como, na sua aprovação e assinatura?

Por tudo isto, não insistam em apontar apenas o dedo ao Governo anterior considerando-se vocês PSDs uns anjinhos sem qualquer culpa ou responsabilidade na actual situação do País! – Continuando a insistir na vossa inocência por nada terem contribuído para o erro, os Portugueses passarão certamente a entende-los como **anjinhos, - mas anjinhos papudos** que embora não pecando, fazendo, quando foram Governo, - não deixaram de encher o papo com altos vencimentos, mordomias e demais benesses sem nada fazer - afinal!

Este,

O Governo das promessas populistas em campanha eleitoral, o Governo do Milagre, o Governo da salvação da Pátria, – transformou-se rapidamente no Governo da mentira, da decepção, da desilusão, da descrença, – no Governo do “custe o que custar”, da imposição, da intolerância, do convite à emigração para os jovens, do “Povo piegas”, do “coiso” (segundo o eloquente e competentíssimo Ministro da Economia), o Governo que orgulhosamente se arvora em mais troikano que a própria troika implementando medidas acrescidas ainda mais severas e lesivas.

- É ainda reconhecido como o Governo que objectiva a destruição do Serviço Nacional de Saúde, da Escola Pública e que vende ao desbarato o que de melhor existe no País.

- Afinal, o Governo que no espaço de um ano e meio, colocou Portugal numa situação desastrosa muito pior que a que encontrou e tanto condenou! E isto pela sua teimosia, arrogância e autoritarismo recusando-se dar ouvidos aos clamores dos parceiros sociais, da oposição política interna e externas, mas sobretudo, subestimando a força, a união e determinação do Povo Português de quem se habituou a fugir utilizando normalmente as portas das trazeiras...

Através da implementação de uma fracassada política económica, apura-se o agravamento dos números respeitantes à austeridade, à recessão, à inflação, ao deficit, à pobreza e ao desemprego que atingem níveis impensáveis com consequências desastrosas e assustadoras.

Concordarão que tudo isto são ingredientes, componentes e até argumentos que fragilizam a nossa Democracia e condicionam a Soberania Nacional!

Em consequência do fiasco da sua politica desumana, insensível e absurda, conseguiu unir como nunca, os Portugueses em continuadas e crescentes contestações pluripartidárias, ordeiras e de absoluto civismo onde é comum apurar o sentimento de revolta e de repulsa contra estas politicas absurdas, falidas de conteúdo ~~de~~ vocacionadas ao insucesso!

Poderão os mais obstinados e fervorosos detentores do cartão laranja invocar pareceres de ilustres doutorados ou até organismos estrangeiros apoiantes e defensores desta politica, – mas essa gente, normalmente coniventes e co-responsáveis pela lástima a que chegou a nossa economia, levam-me a recordar aquela velha história do fraco e reles cantor que, no palco, canção após canção, era fervorosamente ovacionado apenas por um pequeno grupo da numerosa assistência e que repetia “bis”, “bis” até à exaustão. Enquanto isso, a maioria dos presentes demonstrava o seu total desagrado pela actuação do “artista” mas também, descontentamento e incompreensão pelo comportamento daquele pequeno grupo.

- Afinal, o que o cantor vaidoso não conseguia mesmo ouvir era que o pequeno grupo apoiante, ao ovacioná-lo e apoia-lo repetia entre si em voz baixa: **“anda meu palerma! - canta, canta! – hás-de cantar até aprender”**- e repetia: **bis!!.. bis!!!**

Para terminar, desejo manifestar que faço também meu, aquele oportuno e justificável grito de revolta dos jovens universitários ameaçados e atemorizados pelo exército de seguranças que acompanham o nosso primeiro-ministro apenas pelo facto de lhe terem bradado para parar de tirar mais dinheiro a seus pais, pedindo-lhe igualmente que não os obrigue a emigrar...

- Afinal, referiram-lhe com toda a legitimidade que querem ter o inegável direito de ser parte válida e activa no desenvolvimento do País onde nasceram, contribuindo para isso com o seu trabalho, a sua dedicação e competências próprias e sérias sem necessidade de recorrer a equivalências desleais e imorais!...

Luís Castanheira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
Informação escrita do Presidente da Câmara

Aqui temos para apreciação, mais uma informação do Presidente da Câmara, igual no conteúdo a tantas outras que a antecederam!

- É afinal, mais do mesmo!

Um documento recheado de posturas de charme e requinte, intenções, programações, reprogramações, apreciações, reapreciações, pré-anúncios, anúncios, re-anúncios, formulações, reformulações, **expectativas, projectos, sonhos, planos e projectos podres de velhos por tão repetidos em informações anteriores.**

E agora, mais que nunca, o que realça mesmo é o capítulo das visitas e das festas com a presença do nosso Presidente!

– Festas! Muitas festas mesmo! – e elas acontecem por todo o lado e sob qualquer pretexto!

Chega a ser caricato senão mesmo confrangedor, tentar olhar o Céu enquanto percorremos a Avenida da Liberdade na nossa Cidade em determinadas semanas do Verão! – Os anúncios das festas patrocinadas pela Câmara proliferam e recomendam-se esvoaçando entre o arvoredo da Avenida.

- O PSD preside assim a uma Câmara que embora economicamente falida, mantém-se permanentemente em festa! Chegou mesmo a ser detentora de uma Empresa especializada e praticamente dedicada em exclusividade à organização de festas eleitoralistas como era a Fundão Turismo! – Mas com o seu desaparecimento por antecipação à imposição governamental, está já criado um gabinete de substituição que será certamente o Gabinete da propaganda que segundo sei, atribuíram-lhe para já, oficial e pomposamente, a designação de Gabinete da Informação!

- Com a falta de dinheiro originada pela má gestão do PSD nesta Câmara, não existe investimento e por conseguinte, não há obra. Não havendo obra, a opção e o recurso, é patrocinar festas! Festas para todos os gostos e em todas as Freguesias e se possível, várias por ano para que o Sr. Presidente possa aparecer, distribuir sorrisos, atribuir subsídios e prometer finalmente o arranque daquela pequena beneficiação lá na Freguesia, porque as eleições estão à porta!

É evidente que nunca se viu, nem seria de admitir uma campanha eleitoral sem inaugurações, e estou convicto que para o ano também teremos qualquer coisita, porque são já evidentes os adiamentos “involuntários”

mas convenientes, dos poucos e modestos investimentos previstos ou programados e reprogramados.

No entanto senhor Presidente, se aquele referido Gabinete da propaganda apenas se destina a servi-lo na sua candidatura à Câmara e consequente campanha eleitoral do PSD e se por outro lado eu, e a maioria do Povo do nosso Concelho não irá votar em si, porque razão havemos também nós de compartilhar com os nossos Impostos para os vencimentos dos Boys que lá circulam?

Se a grande prioridade actual é o saneamento e a consolidação financeira do município porque não inicia desde já o combate ao despesismo que tem sido norma nesta casa nestes últimos anos? Porque não começa por esvaziar gabinetes fantasma, super povoados, prescindíveis e totalmente ineficazes que proliferam neste edifício, deixando apenas ficar quem na verdade trabalha?

Senhor Presidente, o Município a que o senhor preside aumentou todas as taxas e licenças desde há 11 anos a esta parte em valores descomunais. Enquanto outros municípios que nos rodeiam sensibilizados e preocupados com as dificuldades económicas dos seus conterrâneos, baixam o IMI, o senhor eleva-o à taxa máxima uma vez mais!

A sua inquietude para com os graves problemas económicos dos seus munícipes é tal que o leva a inventar e manter pelo segundo ano consecutivo o absurdo imposto ou taxa para a “Protecção civil”.

Foram os executivos que o Senhor integrou que inventaram a receita do estacionamento nas nossas Ruas e Avenidas, - que inventaram a taxa para substituir o aluguer dos contadores, - que passaram a cobrar a taxa de saneamento e a dos resíduos sólidos, - que suprimiram verbas a transferir para as Freguesias, - que passaram a receber em exclusivo receitas acrescidas dos parques eólicos que por direito e justiça seriam a repartir com as Freguesias, - que concessionaram a água aos Espanhóis em negócio certamente bastante lucrativo e vantajoso para o município e bastante lesivo ao cidadão comum que passou a pagar muito mais.

- Com todos estes negócios, aumentos de taxas e licenças, invenção de outras, supressão dos 5% no IRS, majoração no IMI, etc, etc, não admira que os responsáveis pelo município e seus acólitos se auto-elogiassem até há bastante pouco tempo destacando a saúde económica invejável e recomendável deste.

- Mas então, isso parece que se esmoreceu e esbateu de repente! O resultado positivo de tão competente administração não se deveria reflectir nos investimentos a mencionar nesta e noutras informações do Presidente?

Caro Senhor:

A crise não é, e jamais poderá ser capa para tantas desculpas! - O Povo do Concelho do Fundão está farto da demagogia que tem nortado o rumo da sua gestão e da que o antecedeu!

- O que nos faz falta de verdade, é alguém que transmita segurança, esperança e positivismo às pessoas. - Vida nova e profícua ao nosso Concelho. Finalmente, alguém capaz de sentir a responsabilidade de dirigir, reestruturar e nortear uma Câmara completamente falida, sem ideias, sem rumo e sem expectativas e refém de inúmeros elefantes brancos da sua inteira responsabilidade.

REGULAMENTO

DA PAISAGEM DE AMBITO REGIONAL DA

SERRA DA GARDUNHA

Em consonância com a minha anterior apreciação sobre este tema, continuo referindo não ser apologista de um regulamento deste género para a Serra da Gardunha, porque perspectiva um condicionalismo e uma dificuldade acrescida na procura de uma melhor qualidade de vida, rentabilização dos seus haveres e desenvolvimento de uma burocracia acrescida para os habitantes, proprietários ou investidores em toda esta área.

Em alternativa, e em minha opinião, aquilo que na verdade de impunha, para a Serra da Gardunha seria um plano de investimento e de ordenamento de todo o espaço florestal, agrícola e também industrial.

- Um investimento devidamente estudado, alicerçado numa estratégia de que se vem falando há muito tempo, delineada noutras situações em que se prevê e incentiva a fixação das populações, precavê a segurança e a sobrevivência da floresta com povoamentos autóctones e lucrativos, a agricultura a uma escala rentável com produtos destacáveis pela sua superior qualidade e uma industria dividida em três vectores: - em que se considera num, a industria artesanal em vias de extinção e fortemente ligada ao turismo. Outro, que inclui as micro e pequenas empresas de índole familiar, de subsistência e de imensa importância para fixar pessoas, gerando emprego e riqueza. Por fim, noutro vector, incluo aquela industria em fase inicial sediada em zonas ou parques industriais.

Por outro lado, um investimento mais elementar e menos complexo mas nem por isso mesmo importante que considerasse a abertura de novos caminhos, aceiros e linhas de corta-fogo. A consolidação, manutenção e beneficiação dos existentes. A abertura de trilhos em locais estratégicos em termos de divulgação das belezas naturais da nossa Serra e destinados

aos muitos caminheiros que a percorrem apaixonadamente. Construção de abrigos ao longo destes trilhos. Acções que levem à proliferação de espaços de convívio e lazer que incluam as necessárias medidas preventivas de segurança.

Uma das iniciativas que entendo de bastante importância seria a de incentivar e dinamizar, o regresso da apascentação de gados nas zonas florestais como mais uma verdadeira medida preventiva contra incêndios.

Estas seriam quanto a mim, as acções que se impunham de imediato para a Serra da Gardunha pelas justificações que aponte ultrapassando em termos prioritários um Regulamento que impõe e condiciona sem contrapartidas ou compensações para os eventuais lesados.

No entanto, pesem embora estas minhas considerações, vou entender este Documento como o inicio de um trabalho prático e decisivo que há muitos anos defendo para a nossa Serra.

Embora não concorde com ele em absoluto, encontre nele omissões bastante condenáveis como por exemplo a não regulação da abertura de furos artesanais em termos descomunais para fins industriais que tanto prejudicam os lençóis freáticos existentes, não votarei contra. Irei abastecer-me porque vou também considerar para esse efeito o silêncio sobre este assunto de todos os Autarcas das freguesias envolvidas, tomando com isso a ideia da sua concordância com este regulamento.

Luís Castanheira